

AS LINHAS DE ANÁLISE DO DISCURSO NA FRANÇA NOS ANOS 60-70

DISCOURSE ANALYSIS BRANCHES IN FRANCE IN THE SIXTIES AND SEVENTIES

Claudiana Narzetti

Doutoranda em Linguística e Língua Portuguesa

Universidade Estadual Paulista/Araraquara¹

(cn.narzetti@uol.com.br)

RESUMO: Este trabalho trata do campo da Análise do discurso francesa, no modo como ele se configurava no período de 1960-1970, ou seja, na forma de um conjunto de diversas linhas de análise do discurso. Especificamente, discute-se a respeito de três linhas: a de Pêcheux, a da sociolinguística francesa, a de Foucault. Apontando, inicialmente, para alguns pontos de proximidade entre essas três linhas, a exposição encaminha-se para o levantamento dos pontos de distanciamento entre elas, com a finalidade de alcançar uma descrição da especificidade de cada uma delas.

Palavras-chave: Análise do discurso francesa; História da Análise do discurso; Michel Pêcheux; Discurso

ABSTRACT: This work deals with the field of the French discourse analysis, in the way it was configured in the period of 1960-1970, that is, in the form of a set of several branches of discourse analysis. Specifically, we discuss three branches: Pêcheux's, Foucault's, and that of French sociolinguistics. Initially pointing to some aspects of proximity among these three branches, the exposition moves toward the survey of the points of distance concerning them, in order to obtain as a result a description of the specificity of each branch.

Keywords: French discourse analysis; History of discourse analysis; Michel Pêcheux; Discourse

Considerações iniciais

A Análise do discurso francesa jamais constituiu um campo homogêneo. Pode-se identificar, no período de sua constituição (década de 60-70), a existência de ao menos três linhas de análise do discurso relacionadas, por sua vez, a três projetos teóricos distintos: a linha de Michel Pêcheux; a linha sociolinguística (desenvolvida por Marcellesi, Gardin e Guespin, dentre outros, na França); e, finalmente, a linha de Michel Foucault. Pode-se dizer que a AD francesa é o efeito geral dos confrontos e alianças táticas ocorridos entre essas três linhas.

Essas três linhas possuem pontos em que se aproximam e pontos em que se afastam radicalmente. As linhas de Pêcheux e da sociolinguística se aproximam, em primeiro lugar, pela incorporação do referencial marxista, o que leva

¹ Bolsista do Programa de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas (FAPEAM).

a tematizar o discurso pelo viés das classes sociais e da ideologia; em segundo lugar, pela importância atribuída à Linguística para dar conta dos discursos. Essa convergência, que, como veremos, não significa identidade total de posições, estabelece uma enorme distância em relação à linha de Foucault representada pela Arqueologia.

As linhas de Pêcheux e de Foucault se aproximam quanto a outros pontos: 1) na posição de que para dar conta da especificidade dos discursos era necessário efetuar uma “mudança de terreno” em relação à Linguística; 2) na negação da concepção hermenêutica do sentido; 3) na aversão comum ao humanismo teórico vigente nas ciências humanas (o psicologismo, o sociologismo e o antropologismo); 4) na ruptura com as filosofias que tomam o sujeito como ponto de partida e na opção por uma abordagem em que o sujeito aparece como resultado de diferentes processos históricos de subjetivação; 5) na aposta de que a análise do discurso poderia servir como um instrumento de história das ciências e/ou dos saberes em geral. A aliança nesses pontos situava os projetos de Pêcheux e Foucault à enorme distância do projeto da sociolinguística.

No entanto, como dissemos, apesar dessas proximidades iniciais, as linhas de análise do discurso de Pêcheux, da sociolinguística e de Foucault afastam-se radicalmente quanto a uma série de outros pontos. É o conjunto dessas diferenças que marca, a nosso ver, a especificidade de cada uma delas, pois a especificidade reside não na semelhança, mas sim na diferença.

O conceito de discurso

O primeiro ponto (e o mais importante) em que se distinguem as três linhas de análise do discurso de que tratamos incide sobre o termo “discurso”: apesar de nomear o objeto dessas linhas, esse termo recebe uma acepção particular em cada uma delas. Assim, quando falam de discurso, Pêcheux, Marcellesi e Foucault não se referem ao mesmo conceito².

Pêcheux constrói o conceito de discurso a partir de conceitos outros provenientes da Linguística e do Materialismo Histórico (a ciência das formações sociais). Esse processo de construção se inicia na segunda metade da década de

² Baseamo-nos aqui na distinção feita por Canguilhem entre palavra e conceito.

60, sendo publicizado em alguns artigos que o autor publicou antes mesmo do lançamento da Análise Automática do Discurso, de 1969. A reconstituição desse processo, se não dá a devida atenção ao papel que a Linguística e o Materialismo Histórico (MH) aí exerceram, corre o risco de ser uma abordagem pouco satisfatória.

Sabe-se que a definição do conceito de discurso por Pêcheux passou por uma rediscussão dos conceitos de língua e fala, conforme definidos por Saussure no *Curso de Linguística Geral*. Analisando a tese de Saussure de que a língua é social e exterior aos indivíduos, enquanto a fala é individual, o filósofo argumenta que esses conceitos não dão conta de toda a produção de linguagem. Defende o autor que seria necessário propor um “nível intermediário” entre a língua e a fala, que seria o nível do discurso.

Parece indispensável colocar em questão a identidade estabelecida por Saussure entre o *universal* e o *extra-individual*, mostrando a possibilidade de definir um nível intermediário entre a singularidade individual e a universalidade, a saber, o nível da *particularidade* que define “contratos” linguísticos específicos de tal ou tal região do sistema, isto é, feixes de normas mais ou menos localmente definidos, e desigualmente aptos a disseminar-se uns sobre os outros (PÊCHEUX, 1997 [1969], p. 73-74).

Qual seria a especificidade do nível do discurso? Em que se distingue da língua e da fala? O discurso não seria nem universal (válido para todos os falantes de dada comunidade linguística), como a língua, nem singular/individual (lugar da liberdade do falante), como a fala. O discurso constituiria o nível da particularidade, sendo determinado pelos interesses de determinadas classes sociais, na luta ideológica de classes. Ele se define como um subconjunto, situado em um nível irreduzível tanto aos elementos individuais que a ele pertencem quanto ao conjunto mais amplo que o contém.

Pêcheux toma o exemplo de um discurso de um deputado na Câmara e argumenta que este pode ser estudado, analisado, descrito, do ponto de vista da Linguística, como pertencendo à ordem da fala e, por conseguinte, como espaço da manifestação da liberdade individual; ou, ainda, esse mesmo discurso pode ser analisado como pertencendo à ordem da língua, sendo regido por regras linguísticas que caberia descrever. O ponto de vista de Pêcheux sobre esse discurso não se identifica com o da Linguística, pois ele o toma como:

[...] uma parte de um mecanismo em funcionamento, isto é, como pertencente a um sistema de normas nem puramente individuais nem globalmente universais, mas que derivam da estrutura de uma ideologia política, correspondendo, pois, a um certo *lugar* no interior de uma formação social dada (PÊCHEUX, 1997 [1969], p. 76-7).

Sendo assim, entendemos que não seria adequado dizer que a crítica de Pêcheux à dicotomia saussuriana de língua e fala e a produção do objeto discurso teriam o objetivo de recuperar aquilo que, em seu processo de constituição científica, a Linguística teria “recalcado”, ou seja, a fala. Pêcheux não objetivava redefinir o conceito de fala e transformá-lo em algo operacionalizável. Seu projeto visava à produção de um novo objeto teórico.

Nessas duas passagens da AAD-69, o discurso é definido como um fenômeno constituído não apenas por elementos linguísticos, mas por elementos “extralinguísticos”. Isso fica mais explícito na seguinte passagem de um dos primeiros textos de Pêcheux:

[...] os fenômenos linguísticos de dimensão superior à frase podem, efetivamente, ser concebidos como funcionamento, mas com a condição de acrescentar que esse funcionamento não é integralmente linguístico, no sentido atual deste termo, e que não se pode defini-los senão em referência à estrutura da formação social em que se encontram (PÊCHEUX, 1967, p. 218).

É aqui que entram os conceitos do MH tomados por Pêcheux para a construção do seu conceito de discurso. O discurso como pensado por Pêcheux está em íntima relação com uma série de conceitos da teoria marxista: estrutura da formação social, ideologias, posições de classe. Destes, o conceito de ideologia é aquele com que o discurso mantém uma relação mais direta.

Certamente, como constatado por historiadores do projeto de Pêcheux, a relação do discurso com a ideologia não é explicitada na AAD-69. Há mesmo uma espécie de “ocultação” do conceito de ideologia, bem como de outros conceitos do MH, a qual deriva, segundo Henry (1997), de uma estratégia de Pêcheux relacionada aos destinatários da referida obra. Porém vale lembrar que essa relação não só não está explicitada; na verdade, ela ainda não está bem desenvolvida teoricamente.

Tal desenvolvimento somente se tornou possível na década de 70, quando o processo de construção do conceito de discurso continua em andamento. A condição de possibilidade teórica desse avanço é o refinamento do conceito de ideologia, a partir das considerações de Althusser apresentadas em “Aparelhos ideológicos de Estado”, publicado em 1970. Althusser dedica-se agora não mais à descrição da ideologia em geral (ou da “Ideologia”), o que fizera nos anos precedentes, mas à formulação de conceitos novos que dêem conta do caráter material das ideologias concretas existentes numa formação social dada. O conceito de aparelhos ideológicos de Estado (AIE) é um deles.

O foco de interesse da reflexão de Althusser (1980 [1970]), como se vê, desloca-se do projeto de uma teoria geral da ideologia para a análise da inscrição histórica de formas ideológicas particulares. A ideologia em geral só existe como conceito. Na realidade histórica, ela sempre existe sob formas particulares, distintas, relacionadas a determinados aparelhos ideológicos, o que lhes dá um caráter “regional”. Assim, segundo o autor, há várias regiões ideológicas (a religiosa, a jurídica, a política etc.). Porém, no interior mesmo de cada uma dessas regiões, há um outro tipo de particularização. A ideologia religiosa cristã, na conjuntura da revolução inglesa, por exemplo, é recortada por várias tendências (a católica, a anglicana, a puritana, a presbiteriana) que correspondem, em linhas gerais, a várias posições de classe (a antiga nobreza, os novos proprietários de terra beneficiados com a nacionalização das terras da igreja, a pequena-burguesia e a burguesia).

Tentando pensar a relação das FD com as ideologias, Haroche; Henry; Pêcheux (2007 [1971], p. 26) propõem o conceito de formações ideológicas, definido como: “um conjunto complexo de atitudes e representações que não são ‘individuais’ nem ‘universais’ mas se relacionam mais ou menos diretamente a posições de classes em conflito umas com as outras”. Além disso, a existência dessas formações é material e não algo próprio do mundo das ideias.

Althusser (1980 [1970]) sustenta a tese de que a ideologia tem uma existência material e que a concepção dominante que a vê como algo unicamente ideal ou espiritual decorre de uma concepção ideológica da ideologia. Ele dá um exemplo. Que pode haver de mais espiritual do que a ideologia religiosa? Porém se um indivíduo crê, sua crença se apresenta em atos materiais (ir à missa, rezar, benzer-se, ajoelhar-se, baixar a cabeça, erguer as mãos ao alto, fechar os olhos,

imprimir à voz uma entonação ou uma modulação especial), inseridos em práticas *materiais* que são reguladas por rituais materiais (uma missa, um batizado, um casamento, um enterro), que, por sua vez, são definidos por um aparelho ideológico material (a igreja) de que relevam as ideias desse sujeito (ALTHUSSER, 1980 [1970], p. 88-9). Portanto, a materialidade da ideologia manifesta-se numa multiplicidade de modos.

Com base nessa tese, Pêcheux propõe que o discursivo seja entendido como uma das formas da materialidade das ideologias. Sendo assim, concebe as formações discursivas (FD) como elementos constitutivos das formações ideológicas (FI), as quais estão relacionadas à produção dos discursos (HAROCHE; HENRY; PÊCHEUX, 2007 [1971]).

Em suma, a colocação do discurso em relação com a FD e a FI aprofunda e refina sua definição. O discurso nunca é universal ou individual, mas sempre particular na medida em que é produzido no interior de FD particulares que se inscrevem no interior de FI que também são particulares.

Vimos que a determinação do objeto teórico da análise do discurso de Pêcheux foi feita a partir do conceito de ideologia, de FI e de FD. Porém, o discurso estabelece uma relação com a língua, tal como definida por Saussure, que acreditamos precisar ser analisada, tendo em vista nosso objetivo de evidenciar a especificidade do conceito de discurso proposto pelo autor.

No que diz respeito à relação do discurso com a língua, peça chave dessa teoria é a tese de que a língua se apresenta como “a base comum de processos discursivos diferenciados”, o que traz como consequência uma articulação do Materialismo Histórico com a Linguística.

Como Pêcheux pensa a relação da língua com os discursos? Em primeiro lugar como uma oposição entre o *mesmo* (a língua comum) e o *múltiplo* (processos discursivos diferenciados):

O sistema de língua é, de fato, o mesmo para o materialista e para o idealista, para o revolucionário e para o reacionário, para aquele que dispõe de um conhecimento dado e para aquele que não dispõe desse conhecimento. Entretanto não se pode concluir, a partir disso, que esses diversos personagens tenham o mesmo *discurso* (PÊCHEUX, 1988 [1975], p. 91).

O sistema linguístico é constituído por um conjunto de estruturas (fonológicas, morfológicas, sintáticas) “dotado de autonomia relativa que o submete a leis internas, as quais constituem, precisamente, o objeto da Linguística” (PÊCHEUX, 1988 [1975], p. 91). Autonomia é “relativa”, mas em “relação” a quê? Em relação à luta de classes. Os discursos, inversamente, em vez de gozarem de autonomia, inscrevem-se no interior dessas lutas e essa é a razão da sua diferenciação. Pêcheux traduz essa oposição numa fórmula: a língua é indiferente à luta de classes, mas as classes não são indiferentes à língua em suas lutas:

A “indiferença” da língua em relação à luta de classes caracteriza a autonomia relativa do sistema linguístico e (...), *dissimetricamente*, o fato de que as classes não sejam “indiferentes” à língua se traduz pelo fato de que todo processo discursivo se inscreve numa relação ideológica de classes (PÊCHEUX, 1988 [1975], p. 92).

Os discursos “usam”, sem dúvida, a língua; mas o fato de eles, assim como a ideologia (da qual são uma forma de materialidade), se distribuírem em regiões; o fato de variarem segundo posições de classe e de se apresentarem sob formas teorizadas ou práticas, não vem das formas da língua. Devemos ir ainda mais além: analisando os discursos tal com eles se apresentam no seu modo de existência histórica e analisando neles seus efeitos de sentido, a AD pecheutiana depara-se constantemente com fenômenos que envolvem considerações sintáticas, mas, na perspectiva em que ela se coloca, esses fenômenos não são encarados como linguísticos. A sintaxe entra nas considerações apenas como uma condição formal de efeitos de sentido cujas causas materiais extravasam o domínio do linguístico. Para marcar bem a sua visada discursiva, Pêcheux insiste em dizer que seus conceitos não são linguísticos. Vejamos o que ele diz na conclusão de *Semântica e discurso* (1988 [1975], p. 259):

Os termos: interdiscurso, intradiscurso, efeito de pré-construído e efeito-transverso – introduzidos ao longo deste trabalho e que justamente caracterizam, segundo o que pensamos, a forma da discursividade – não correspondem, portanto, a fenômenos linguísticos: representam, em relação à base linguística, a existência determinante do todo complexo das formações ideológicas, submetido, em condições históricas sempre específicas, à lei “geral” de desigualdade que afeta essas formações (enquanto ideologias práticas e ideologias teóricas, e através de suas características ao mesmo tempo “regionais” e de classe) no processo de reprodução/transformação das relações de produção existentes.

O ponto de vista a partir do qual Pêcheux produziu o objeto teórico “discurso” é radicalmente diferente daquele com que Saussure produziu o objeto teórico “língua”. Por isso, Pêcheux insiste em dizer que o seu objeto “não é um objeto linguístico, mas um objeto sócio-histórico onde o linguístico intervém como pressuposto” (PÊCHEUX; FUCHS, 1997 [1975], p. 188).

Igualmente, o discurso de Pêcheux não se confunde com a fala de Saussure; menos ainda quer ser uma reformulação dela. Vejamos o que ele diz em Semântica e discurso (1988 [1975], p. 91):

[...] a discursividade não é a fala (parole), isto é, uma maneira individual “concreta” de habitar a “abstração” da língua; não se trata de um uso, de uma utilização ou da realização de uma função. Muito pelo contrário, a expressão processo discursivo visa explicitamente a recolocar em seu lugar (idealista) a noção de fala (parole) [...].

A segunda linha de análise do discurso constituída na França no período que abordamos aqui é a linha pertencente a uma sociolinguística em via de constituição por meio dos esforços de Jean Battiste Marcellesi e um grupo de pesquisadores.

Evidentemente, o conceito de discurso aqui se distingue daquele formulado por Pêcheux. Mas, para que possamos entendê-lo, é importante, primeiramente, destacar o modo como Marcellesi e seu grupo entendiam essa sociolinguística.

A sociolinguística ou Linguística sócio-diferencial trataria, conforme Marcellesi e Gardin (1975), “das condutas linguísticas coletivas que caracterizam grupos sociais, na medida em que elas se diferenciam e entram em contraste na mesma comunidade linguística global” (p. 18).

A sociolinguística se caracterizaria como um conjunto de linhas de investigação: a dialetologia, a mudança linguística, a lexicologia política e técnica e a análise do discurso, cuja unidade é a referência comum às “classes sociais” e aos “grupos sociais” enquanto “locutor/intelectual coletivo”.

Essa linha parte de uma discussão acerca pressupostos sociológicos dos conceitos saussurianos de língua e fala. O conceito de língua viria do conceito durkheimiano de representações coletivas, enquanto sua concepção de fala remontaria às ideias de Tarde acerca do individual. Mas o problema, segundo

Marcellesi e Gardin (1975, p. 107), é que “reconciliando Durkheim e Tarde na sua sociologia, Saussure não introduziu nela Marx”. Consequentemente, dizem os autores, Saussure não pôde ver que, entre a sociedade global (Durkheim) e os indivíduos (Tarde), existem os grupos sociais e, dentre estes, as classes sociais e as lutas de classes (Marx). Esse ponto cego estaria na origem dos principais defeitos da Linguística saussuriana: desprezando a divisão da sociedade em grupos e classes, ela não foi capaz de fornecer instrumentos eficazes para o estudo dos discursos sociais, da variação linguística e da historicidade da língua. A sociolinguística que Marcellesi e Gardin (1975) propõem deveria suprimir essas deficiências, tomando como objeto justamente o que foi menosprezado: a atividade linguística dos grupos sociais, entendidos “como unidades coletivas reais, mas parciais, fundadas numa atividade linguística comum e implicadas num processo histórico” (p. 20).

Nessa perspectiva, as condutas linguísticas (os discursos, os dialetos, os jargões, as variações sociais e regionais, etc.) deviam ser relacionadas aos grupos sociais, conforme definidos acima. Isso se justifica pelo fato de que, na perspectiva da sociolinguística, haveria uma regularidade nas relações entre as estruturas linguísticas e as estruturas sociais, sendo que estas últimas deveriam ser compreendidas como defendidas pelo referencial marxista.

Como se vê, o discurso, bem como as outras condutas linguísticas, é definido, tal como na linha de Pêcheux, como o nível da particularidade. Só há discurso produzido por um dado grupo social, que se define como intelectual/locutor coletivo. O discurso é o produto de uma interação linguística de um dado grupo social ou classe social.

A definição de discurso, além de passar pela referência a grupos e classes sociais, também passa por uma referência a conceitos linguísticos. Nesse sentido, define-se em relação a enunciado e texto.

Le mot d'énoncé et celui de discours tendent à s'organiser en une opposition; l'énoncé, c'est la suite des phrases émises entre deux blancs sémantiques, deux arrêts de la communication; le discours, c'est l'énoncé considéré du point de vue du mécanisme discursif qui le conditionne. Ainsi, un regard jeté sur un texte du point de vue de sa structuration « en langue » en fait un énoncé; une étude

linguistique des conditions de production de ce texte en fera un discours (GUESPIN, 1971, p. 10)³.

De acordo com a definição acima, o discurso é um conjunto de enunciados analisados não do ponto de vista de sua estrutura, mas de suas condições de produção.

As condições de produção do discurso, segundo Marcellesi (1971), englobam as seguintes variáveis: o estado social do emissor e do destinatário, as condições sociais de comunicação, os objetivos do pesquisador, a diferença entre as maneiras como os locutores se utilizam da língua e o que pensam do comportamento verbal, o estudo da variação geográfica.

Essa linha iniciou seus trabalhos fazendo uma análise de discursos concretos, especialmente políticos, chegando a descrever suas marcas formais e a propor certas tipologias (PROVOST (1969)). Para ela, o estudo e a descrição desses discursos poderiam conduzir posteriormente a uma teoria geral do discurso, ou seja, a uma definição do discurso como objeto. Segundo Guespin (1971, p. 24), “[...] l’étude linguistique du discours politique n’est qu’un premier pas, bien modeste, vers une théorie générale du discours”⁴. Diferentemente, Pêcheux tomou como ponto de partida de sua empreitada justamente a definição de discurso “em geral”; essa definição seria a condição de formular um método de análise do discurso e descrever discursos concretos.

Para Foucault (1986, p. 124), que representa nossa terceira linha de análise do discurso, discurso designa o “conjunto de enunciados que se apóia em um mesmo sistema de formação; é assim que poderei falar de discurso clínico, do discurso econômico, do discurso da história natural, do discurso psiquiátrico”.

Esse sistema de formação (o qual Foucault também denomina formação discursiva) particulariza os discursos do saber, impedindo sua identificação com a língua. E realiza isso de duas maneiras: por “escansão” e por “rarefação”. Por um lado, ele recorta, na massa de tudo o que é dito ou pode ser dito em qualquer língua

³ As palavras enunciado e discurso tendem a se organizar em uma oposição; o enunciado é a sequência de frases emitidas entre dois brancos semânticos, duas paradas da comunicação; o discurso é o enunciado considerado do ponto de vista de um mecanismo discursivo que o condiciona. Assim, um olhar sobre um texto do ponto de vista de sua estrutura “em língua” faz dele um enunciado; um estudo linguístico das condições de produção desse texto fará dele um discurso. (tradução nossa).

⁴ [...] o estudo linguístico do discurso político não é senão o primeiro passo, bem modesto, em direção a uma teoria geral do discurso. (tradução nossa).

natural, unidades como a medicina clínica, a economia, a psiquiatria etc. Por outro lado, e ao mesmo tempo, ele atua como um princípio de rarefação de sujeitos, de objetos, de conceitos e de estratégias teóricas que podem atuar no interior de cada uma dessas unidades. Assim, por exemplo, se a língua é comum a todos os membros de uma comunidade linguística em seu conjunto, o discurso médico, ao contrário, é atributo de apenas alguns membros dessa comunidade (os médicos) que se encontram autorizados a enunciá-lo em função das regras de formação das modalidades enunciativas que definem o lugar e as condições que devem preencher os seus enunciadores.

Mas não se identificando com a língua, o discurso, na acepção foucaultiana, é também irreduzível à fala ou ao desempenho verbal de certos indivíduos. O discurso clínico não se confunde com a fala individual de Bichat; o discurso econômico com a fala de Ricardo; o discurso psiquiátrico, com a fala de Pinel etc. Segundo Foucault (1986, p. 141), o enfoque arqueológico supõe que:

[...] o domínio enunciativo não tome como referência nem um sujeito individual, nem alguma coisa semelhante a uma consciência coletiva, nem uma subjetividade transcendental; mas que seja descrito como um campo anônimo cuja configuração defina o lugar possível dos sujeitos falantes.

O que marca a diferença entre o conceito de discurso da linha foucaultiana e aqueles das outras duas linhas é o fato de, ali, o discurso (assim como também as formações discursivas) não estar relacionado com (ou determinado por) formações ideológicas. O conceito de ideologia é recusado pelo autor como pertinente para a análise dos saberes. Conforme Foucault (1989, p. 7), seria difícil utilizar a noção de ideologia porque: a) “ela está sempre em oposição virtual a alguma coisa que seria a verdade”; b) “refere-se necessariamente a alguma coisa como o sujeito”; c) “está em posição secundária com relação a alguma coisa que deve funcionar para ela como infra-estrutura ou determinação econômica, material etc.”.

O solo epistemológico

Essas considerações nos encaminham necessariamente para um outro ponto em que as três linhas de que tratamos se distinguem. Trata-se do problema do lugar epistemológico onde a análise do discurso viria a se inscrever.

Pêcheux, o representante de nossa primeira linha, concebia a análise do discurso que ele propunha como uma região teórica (já que não se tratava apenas de uma técnica de análise de textos, mas de uma teoria e de um método de experimentação que é essa teoria materializada) situada no interior da “ciência das formações sociais” e, portanto, fora da Linguística.

Essa parece não ser uma posição fácil de compreender, principalmente no atual contexto brasileiro, em que a AD se encontra institucionalizada nos departamentos de Linguística das Universidades e não nos de História ou Sociologia. No entanto, Pêcheux, ao longo da sua trajetória, sempre sinalizou para essa inscrição epistemológica. Na AAD-69 (p. 161), o autor comenta, ainda que vagamente, que a teoria do discurso poderia intervir no campo de uma teoria da ideologia. Ora, como bem sabemos, essa teoria da ideologia era aquela própria da abordagem da teoria marxista, definida por Althusser como ciência das formações sociais ou Materialismo Histórico. Em “A semântica e o corte saussuriano...”, texto de 1971, escrito juntamente com P. Henry e C. Haroche, Pêcheux afirma que “aquilo que designamos hoje sob o nome de semântica depende apenas parcialmente de uma abordagem linguística” e que parece indispensável acerca da semântica, realizar uma “mudança de terreno” (p. 14-5). Prosseguindo em sua argumentação, Pêcheux defende que a ruptura necessária com o empirismo e o formalismo presentes nessa semântica deveria passar pela “introdução de novos objetos posicionados em relação ao novo ‘terreno’ teórico que determina as formas e os conteúdos da mudança”, isto é, “os conceitos do Materialismo Histórico” (p. 25). Em Semântica e Discurso, de 1975, Pêcheux é explícito ao afirmar que seu objetivo é “desenvolver as consequências de uma posição materialista – no elemento de uma teoria marxista-leninista da Ideologia e das ideologias – com respeito ao que chamamos ‘processos discursivos’” (p. 32).

Apelar ao que disse o autor é uma das estratégias para defender nossa posição. Mas não é a única, e certamente a menos eficaz. A nosso ver, a inserção

epistemológica da análise do discurso de Pêcheux no MH fica evidente no próprio conceito de discurso de que tratamos acima. Ora, o que define mais especificamente o discurso é seu aspecto de elemento material das ideologias. O discurso, entendido como “objeto sócio-histórico” e não propriamente linguístico, conforme Pêcheux e Fuchs (1997 [1975]), é um objeto definido a partir da perspectiva sócio-histórica e não linguística. O problema perseguido pela linha pecheutiana é o problema da função social da ideologia, como bem explica Robin (1977). Maldidier; Normand; Robin (1994 [1972], p. 87) esclarecem:

Se, como se pode observar, os sistemas de representação, o pré-construído e o pré-assertado governam o discurso, as formações discursivas, quanto à sua lei de evolução, de transformação, não podem ser apreendidas senão no quadro de uma teoria das ideologias (apenas parcialmente construída), mas o conceito de ideologia não pode ser pensado senão relacionado a toda hierarquia dos conceitos do materialismo histórico (grifos nossos).

Certamente, a Linguística teve um papel fundamental para a produção não só do conceito de discurso, como vimos acima, mas também de outros conceitos da teoria e do método de análise do discurso. Foi sobre a base de uma série de conceitos operatórios trazidos da Linguística que o método se construiu.

O solo epistemológico da análise do discurso da linha sociolinguística era de fato a Linguística, mas uma Linguística ampliada, renovada, que não deixaria de fora de suas análises os fatores sociais excluídos/não-problematizados pela linguística estruturalista.

Certamente, a análise do discurso, bem como todas as pesquisas da sociolinguística, levaria em conta fatores sociais, mas seu enfoque é a caracterização linguística dos grupos.

A posição defendida por Marcellesi e seu grupo é que a análise do discurso da sociolinguística só deveria recorrer à História ou à Sociologia com o objetivo de lhes solicitar modelos de condições de produção, ou seja, a definição de fatores históricos e sociológicos que determinam o discurso, a qual não cabe à Linguística fornecer. Sendo assim, a sociolinguística se define por uma interdisciplinaridade entre Linguística e outras ciências sociais, especialmente um dado marxismo (GUESPIN, 1971).

Nesse ponto, ela se distingue fortemente da proposta de Pêcheux, que visava, desde o princípio, a produzir uma teoria do discurso a partir da articulação

entre Linguística, Materialismo Histórico e Psicanálise. Articulação teórica é bem diferente de interdisciplinaridade.

Foucault, por sua vez, situava a análise do discurso no interior de uma “arqueologia do saber”. Esta se inscreveria num solo epistemológico próximo da história das ideias e da história epistemológica, uma vez que trata da constituição de saberes, mas se distinguiria de ambas: da primeira pela negação das noções de continuidade, precursor e origem; da segunda pelo descarte da oposição ciência/conhecimento comum (senso comum). Como se vê, essa linha situa-se inteiramente fora de qualquer Linguística, renovada ou não. Se esse projeto o leva a desenvolver considerações acerca do discurso é porque “não há saber sem uma prática discursiva definida” (FOUCAULT, 1986, p. 207). Entende-se, assim, porque todas as formulações que o filósofo desenvolve acerca da função enunciativa e das formações discursivas remetem sempre, em última instância, ao *saber*, e não às representações ideológicas das classes sociais, como em Pêcheux. Entende-se, além disso, porque o conceito de FD de Foucault, não fazendo referência à ideologia, distingue-se do conceito de FD de Pêcheux.⁵

Como se vê, o estatuto dado à análise do discurso por Marcellesi e seu grupo é o único, dentre os que examinamos aqui, a corresponder ao seu atual estatuto teórico e institucional: ser uma disciplina do interior da Linguística.

Os fins da análise do discurso

Na linha de Pêcheux, a análise do discurso era concebida como um instrumento teórico que poderia ser aplicado em vários domínios. Na conclusão da AAD-69, na parte intitulada “perspectivas de aplicação”, o autor descreve alguns deles. No entanto, para tratarmos do modo como esse instrumento seria aplicado, e das finalidades de tal aplicação, temos de trazer à tona o Pêcheux filósofo-epistemólogo ocupado com a história das ciências e o processo histórico da instauração de ciências no campo ideológico, e também o filósofo-epistemólogo marxista ocupado com as condições de possibilidade do desenvolvimento teórico do

⁵ Nesse sentido, soa bastante estranho que trabalhos de análise do discurso, tratando das determinações ideológicas do sentido, recorram ao conceito de FD de Foucault.

Materialismo Histórico, o que passaria por uma intervenção no campo das ciências sociais.

Realmente, um dos domínios de aplicação da AD seria o das ciências sociais, como já foi demonstrado por aqueles que trataram da história da AD. Segundo Henry (1997), Pêcheux “concebeu seu sistema como uma espécie de ‘Cavalo de Tróia’ destinado a ser introduzido nas ciências sociais para provocar aí uma reviravolta” (p. 36). Em que consistiria essa reviravolta? Segundo Pêcheux, ao passarem a utilizar o instrumento AD, que trazia conceitos provenientes do Materialismo Histórico, essas ciências seriam levadas a trabalhar com esses conceitos novos e começar a pensar em problemas nos quais antes não pensavam, como relações sociais de classe, formação social, modo de produção, condição e posição de classe, ideologia. O contato com esses conceitos poderia colocar em questão o “sistema de garantias” (HERBERT 1995 [1968]) em que essas ciências se sustentavam e possibilitar o aparecimento de objetos novos não visíveis no interior de sua problemática. Tudo isso encaminharia para a produção de novos objetos científicos que propiciariam a construção de ciências sociais efetivamente científicas. Assim, o objetivo de Pêcheux não era que as ciências sociais, ao usarem a AD, transformassem-se, por um passe de mágica, em ciências de fato. Pêcheux sabia que o instrumento sozinho não tinha todo esse poder. Sua função era bélica: minar, por dentro, os pressupostos ideológicos sobre os quais as ciências sociais se sustentavam.

Um segundo domínio onde a AD poderia ser aplicada seria o da história das ciências, tal como pensada por Bachelard, Canguilhem e Althusser. Aqui, segundo Pêcheux (1997 [1969]) através do conceito de “processo discursivo”, poder-se-ia identificar a existência de processos discursivos diferenciados, responsáveis pelas rupturas epistemológicas que instauram ciências no campo antes ocupado pelas ideologias.

Um último domínio onde esse instrumento poderia ser aplicado seria o próprio Materialismo Histórico⁶ ou, mais especificamente, as ciências regionais em via de constituição no interior desse campo. Aqui a AD exerceria a função de instrumento que substituiria, provisoriamente, os instrumentos de experimentação a

⁶ Conforme argumentação que defendemos em outro lugar.

serem construídos por elas (uma função semelhante àquela que as lunetas, produto de uma prática técnica, tiveram na física antes da construção dos telescópios).

Devido ao fato de haver uma descontinuidade entre “causa da origem e uso”, ou ainda “finalidade e função”, conforme Nietzsche (1988), a análise do discurso da linha de Pêcheux acabou tendo pouca aplicação nesses domínios e uma aplicação quase exclusiva em pesquisas que tomavam o discurso político como material de análise. Se, de fato, a AD pecheutiana se destacou pelo papel que teve nesse campo, seria uma ilusão retrospectiva afirmar que ela fora projetada como um simples método de análise de discursos políticos.

Para a linha sociolinguística, as coisas funcionam de modo muito distinto. A análise do discurso, bem como as outras linhas de investigação em Linguística social que enumeramos acima, conforme Marcellesi e Gardin (1975), deveria estar a serviço da caracterização linguística dos grupos sociais, ou ainda, da descrição dos “comportamentos linguísticos” desses grupos. Estes, possuindo em comum uma série de atitudes, uma obra comum a realizar, ou seja, uma unidade de atitudes, obras e condutas, construiriam, através de processos de comunicação social, um discurso que seria possível analisar em termos de diferenças e contrastes em relação a outros.

Segundo Marcellesi e Gardin (1975, p. 245):

Uma das suas preocupações é por em evidência as clivagens linguísticas parciais [...] entre coletividades dependentes de uma maneira ou de outra da mesma comunidade linguística. Trata-se de determinar o comportamento linguístico característico do grupo [...].

Isso porque cada grupo adquire “um certo número de particularidades de discurso que podem permitir reconhecer, salvo camuflagem ou simulação, um membro desse grupo” (p. 268). Nesse sentido, daria especial destaque não somente às variações linguísticas (em todos os níveis) que, em dada sociedade, refletem a diversidade dos grupos, mas também às formas concretas (no caso, discursivas) que os antagonismos sociais tomam. A análise do discurso poderia também levar a explicar a mudança linguística, através da análise diacrônica de discursos de determinados grupos de uma dada sociedade.

A análise do discurso da linha foucaultiana deveria servir à análise da constituição de diferentes saberes, que, como dissemos mais acima, é o objeto da

arqueologia. Foucault (1986) define o saber como “um conjunto de elementos formados de maneira regular por uma prática discursiva” (p. 206). Especificamente, o saber é concebido como: a) “um domínio constituído pelos diferentes objetos que irão adquirir ou não um status científico”; b) “o espaço em que o sujeito pode tomar posição para falar dos objetos de que se ocupa em seu discurso”; c) “o campo de coordenação e de subordinação dos enunciados em que os conceitos aparecem, se definem, se aplicam e se transformam”; d) “possibilidades de utilização e de apropriação oferecidas pelo discurso” (p. 206-7).

Esta linha de análise do discurso toma o enunciado como unidade. Assim, trata de “compreender o enunciado na estreiteza e singularidade de sua situação, de determinar as condições de sua existência, de fixar seus limites da forma mais justa, de estabelecer suas correlações com os outros enunciados a que pode estar ligado [...]” (FOUCAULT, 1986, p. 31). Ela visa a encontrar formas de regularidade dos enunciados: as relações entre enunciados, entre grupos de enunciados, entre enunciados e acontecimentos de ordem não discursiva (sociais, políticos, etc.).

A análise do discurso foucaultiana, apesar de tratar do discurso, não faz uma análise do sentido, ao contrário, rejeita-a. Segundo Foucault (1987), uma análise do sentido/significado é visada por aquilo que ele chama de comentário. Este “interroga o discurso sobre o que ele diz e quis dizer” (p. XV), supõe que por trás das palavras ditas, há sempre uma mensagem excedente que é preciso restabelecer, evidenciar. Já a análise arqueológica busca, diferentemente, o fato do aparecimento histórico de um discurso, e trata estes últimos “não como núcleos autônomos de significações múltiplas, mas como acontecimentos e segmentos funcionais formando, pouco a pouco, um sistema” (p. XVI). O sentido de um enunciado aqui seria definido pela diferença que o articula a outros que lhe são contemporâneos ou que o precederam/sucederam.

Mas o estudo do saber, em Foucault, não se resume à análise do discurso ou dos regimes de enunciabilidade. Ele vai além, pois engloba a análise dos regimes de visibilidade. Explica-nos Deleuze (1988, p. 60) que o saber, em Foucault, é “um ‘dispositivo’ de enunciados e de visibilidades”, os quais, ainda que possuam uma natureza heterogênea, são relacionados. Sendo assim, o saber é constituído não só pelos enunciados, mas também pelas visibilidades. A formação de um saber sobre a delinquência, por exemplo, passa pela enunciabilidade do

direito penal e pela visibilidade da prisão. Seguindo esta divisão, tem-se que o objeto do enunciado e o objeto visível são dois objetos distintos e não isomorfos (DELEUZE, 1988).

Foucault também chama a atenção para a irreducibilidade do visível ao enunciável. É por isso que Deleuze (1988, p. 59-60) sustenta a seguinte posição: “Esquecendo a teoria das visibilidades, mutila-se a concepção que Foucault tem da história [...]. Faz-se dele uma variante da filosofia analítica atual”.

Considerações finais

Nossa exposição sobre o conceito de discurso das três linhas de AD visava a evidenciar que elas coincidem em tratar o discurso como constituindo o nível da particularidade, e em nunca confundi-lo com a língua ou a fala. O discurso, em cada uma dessas linhas, é definido a partir de perspectivas distintas daquela que produziu a dicotomia língua e fala, ou a noção de enunciação. Todos esses objetos permanecem demarcados, sem que se deva tentar reduzir um ao outro. As duas primeiras linhas, como vimos, mantêm em comum, devido ao seu referencial marxista, uma definição de discurso que, de algum modo, abarca a questão da ideologia. E nisso elas se distinguem da linha foucaultiana, em que esse conceito não é operatório.

Nossa discussão acerca do solo epistemológico da AD tinha por objetivo chamar a atenção para a distinção existente entre solo epistemológico e lugar institucional de um campo do saber. Conhecer o solo epistemológico de cada uma das linhas de AD leva-nos a compreender melhor seus problemas, suas perspectivas e seus limites.

Nossa exposição sobre os fins a que AD deveria servir em cada uma das linhas objetivava colocar em questão a tese muito aceita de que a análise do discurso nasceu para a análise do discurso político e reduzindo-se a tal. Se isso é, de certa forma, válido para a linha sociolinguística, isso não se aplica efetivamente às outras duas que visavam, em primeiro lugar, o campo da história das ciências ou dos saberes.

Referências

ALTHUSSER, Louis. [1970]. Aparelhos Ideológicos de Estado. **Posições** nº 2. Rio de Janeiro: Graal, 1980. p. 47-101.

DELEUZE, Gilles. **Foucault**. São Paulo: Brasiliense, 1988.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. 8ª ed. Rio de Janeiro: Graal, 1989.

_____. **O nascimento da clínica**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1987.

_____. **A arqueologia do saber**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1986.

GUESPIN, Louis. Problématique des travaux sur le discours politique. **Langages**, 23. Paris, 1971. p. 3-24.

HAROCHE, Claudine; HENRY, Paul; PÊCHEUX, Michel. [1971]. A Semântica e o corte saussuriano: língua, linguagem, discurso. In: BARONAS, R. L. **Análise do Discurso**: apontamentos para uma história da noção-conceito de formação discursiva. São Carlos: Pedro & João Editores, 2007, p. 13-32.

HENRY, Paul. Os fundamentos teóricos da “Análise Automática do Discurso” de Michel Pêcheux (1969). In: GADET, Françoise; HAK, Tony (orgs.). **Por uma análise automática do discurso**: uma introdução à obra de Michel Pêcheux. 2. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 1997. p. 13-38.

HERBERT, Thomas. [1968]. Observações para uma teoria geral das ideologias. **Rua**, n.1, Campinas, 1995. Tradução de Carolina M. R. Zuccolillo, Eni P. Orlandi e José H. Nunes. p. 63-89.

MALDIDIER, Denise. NORMAND, Claudine. ROBIN, Régine. Discurso e ideologia: bases para uma pesquisa. In: ORLANDI, Eni (org.). **Gestos de Leitura**: da história no discurso. Campinas: Editora da Unicamp, 1994. p. 67-102.

MARCELLESI, Jean-Battiste; GARDIN, Bernard. **Introdução à sociolinguística**. Lisboa: Aster, 1975.

MARCELLESI, Jean-Baptiste. Éléments pour une analyse contrastive du discours politique. **Langages**, n° 23. 1971. p. 25-56.

NARZETTI, Claudiana Nair Pothin. **A formação do projeto teórico de Michel Pêcheux**: de uma teoria geral das ideologias à análise do discurso. 2008. 190 f. Dissertação (Mestrado em Linguística e Língua Portuguesa). Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Letras, Campus de Araraquara.

NIETZSCHE, Friedrich. **Genealogia da moral**. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1988.

PÊCHEUX, Michel. [1975]. **Semântica e discurso**: uma crítica à afirmação do óbvio. Campinas: Unicamp, 1988.

_____. [1969]. Análise automática do discurso (AAD-69). In: GADET, Françoise; HAK, Tony (orgs.). **Por uma análise automática do discurso**: uma introdução à obra de Michel Pêcheux. 2. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 1997. p. 61-161.

_____. Analyse de contenu et théorie du discours. **Bulletin du C.E.R.P.**, 1967, 16, (3). p. 211-227.

PÊCHEUX, Michel; FUCHS, Catherine. [1975]. A propósito da Análise Automática do Discurso: atualização e perspectivas. In: GADET, Françoise; HAK, Tony (orgs.). **Por uma análise automática do discurso**: uma introdução à obra de Michel Pêcheux. 2. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 1997. p. 163-252.

PROVOST, Geneviève. Approche du discours politique : « socialisme » et « socialiste » chez Jaurès. **Langages**, n° 13. p. 51-68. Paris: 1969.

ROBIN, Régine. **História e linguística**. São Paulo: Cultrix, 1973.

SAUSSURE, Ferdinand de. **Curso de linguística geral**. 16. ed. São Paulo: Cultrix, 1996.